

Mudanças no Orçamento geram polêmica no Senado

Mercadante sugere extinção de comissão mista

ACM condena troca de apoio por liberação de verbas

Lei orçamentária virou "grande farsa", advertem senadores

Página 3



MUDANÇAS Além de discutir o orçamento impositivo, os senadores debateram e aprovaram emendas à Constituição

Plenário aprova três emendas constitucionais

O Senado aprovou ontem, em primeiro turno, três emendas constitucionais. Uma delas cria o Plano Nacional de Cultura. Plurianual, o plano deve integrar as ações do poder público referentes à produção, gestão e difusão da cultura. Outra proposta acolhida torna obrigatório o comparecimento do presidente da República à abertura da sessão legislativa anual do Congresso Nacional.

Os senadores também aprovaram emenda constitucional que dá aos idosos preferência no recebimento de dívidas públicas de pequeno valor. Todas as três propostas serão submetidas a segundo turno de votação.

Por requerimento de vários parlamentares, foi adiada para 6 de abril a votação da proposta que amplia a vigência do Fundef, o fundo do ensino fundamental.

Página 4

CPI quebra sigilo e investiga conflitos

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) do Congresso que investiga conflitos fundiários decidiu ontem concentrar suas atividades nas questões relativas à violência no campo, agravadas com a morte da missionária Dorothy Stang, em Anapu (PA). Os

parlamentares aprovaram a quebra de sigilo bancário, telefônico e fiscal de nove pessoas envolvidas na escalada da violência no Pará. Além disso, a CPI vai requisitar do Ministério Público documentos de uma investigação sobre o crime organizado no estado.

Página 6

Parlamentares esperam investimentos espanhóis

A participação de investimentos espanhóis no programa de parcerias público-privadas foi um dos temas do encontro dos príncipes da Espanha com parlamentares brasileiros.

Página 8



RECEPÇÃO Renan Calheiros (D) com os príncipes Felipe de Borbón y Grecia e Letizia Ortiz: um diálogo sobre as relações entre Brasil e Espanha



ALERTA Paim diz que derrota do governo na Câmara tem relação com quebra de acordos

Paim cobra votação da PEC paralela

O senador Paulo Paim (PT-RS) propôs a formação de uma comissão de senadores para tratar, com o presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, da votação da PEC paralela (PEC 67/03), que ameniza os efeitos da reforma da Previdência (PEC 40/03). De acordo com Paim, a derrota sofrida pelo governo na Câmara, com a eleição de Severino Cavalcanti, tem muito a ver com a falta de cumprimento de acordos pelas lideranças governistas.

O senador lembrou que, após intensos debates, a aprovação da reforma da Previdência ficou condicionada à votação de uma PEC paralela – arquitetada pelo senador Tião Viana (PT-AC), relator da matéria, com base em emendas dos senadores – como alternativa para amenizar os prejuízos impostos aos servidores e aposentados. O próprio Paim apresentou 21 emendas. A reforma foi aprovada em 2003 no Senado e desde então aguarda votação definitiva pelos deputados.

O parlamentar frisou que o bom convívio entre as duas Casas do Congresso passa pela aprovação da PEC 67/03 na Câmara dos Deputados.

Saturnino quer gasto com livros deduzido do IRPF

■ Senador propõe dedução de até 6% no Imposto de Renda para títulos doados a bibliotecas públicas

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) apresentou ontem em Plenário projeto que permite a dedução de até 6% no Imposto de Renda da Pessoa Física de despesas comprovadas para aquisição de livros, desde que sejam doados a bibliotecas públicas até a data-limite da declaração de ajuste (PLS 27/05).

O objetivo da proposta é incentivar o hábito da leitura, explicou o senador, frisando que



Fotos: Roosevelt Pinheiro

ACESSO Medida facilitará a compra e a circulação de livros por toda a população, defende Saturnino

a medida vai facilitar a compra de títulos e a circulação desses livros por toda a população nas bibliotecas públicas.

Para Saturnino, a falta do hábito da leitura é um proble-

ma crônico no Brasil, por ser a cultura brasileira “predominantemente oral e imagética”. Os livros têm tiragens reduzidas, observou, e os custos de produção são elevados, o que dificulta a sua aquisição e também o desenvolvimento do hábito de leitura.

Em aparte, o senador Hélio Costa (PMDB-MG), presidente da Comissão de Educação (CE), cumprimentou Saturnino pela iniciativa. Os senadores Marcelo Crivella (PL-RJ) e Pedro Simon (PMDB-RS) também elogiaram o parlamentar.

No mesmo pronunciamento, Saturnino lamentou o falecimento em janeiro do sociólogo brasileiro Roland Corbusier.



PREJUÍZOS Lavouras da região serrana do estado foram destruídas por chuva de granizo, informa Pavan

Pavan pede apoio para produtores de maçã de SC

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) apelou ao governo federal para que atenda às reivindicações dos produtores de maçã do seu estado. No sábado, informou ele, uma chuva de granizo na região serrana destruiu cerca de 60% da safra e o prejuízo ultrapassa R\$ 120 milhões.

Os produtores rurais, acompanhados de prefeitos da região, estiveram em Brasília para reivindicar a prorrogação do prazo de pagamento da dívida junto a instituições financeiras governamentais. Eles também querem recursos para cobrir com tela as plantações.

Agenda

Plenário examina projetos da CPI da Exploração Sexual

Em discussão no Plenário hoje, em sessão marcada para as 10h, três projetos da Comissão Parlamentar de Inquérito da Exploração Sexual. Entre eles, o que prevê o fechamento de motéis ou estabelecimentos

que sejam reincidentes ao receber menores sem autorização (PLS 255/04). Os senadores continuam ainda a análise de propostas de emendas constitucionais em pauta.



Reorganização dos trabalhos da CAS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) promove hoje, a partir das 10h, a segunda reunião do ano, que tem a função de reorganizar os trabalhos do cole-

giado para este ano. Consta da pauta a votação de requerimentos. A CAS é presidida pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

Alô Senado

O Alô Senado, serviço de relacionamento da Casa com o cidadão, recebe diariamente sugestões da população. Para participar, basta ligar 0800 61-2211 ou mandar *email* para o endereço alosenado@senado.gov.br.

Presidente

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participa hoje, às 9h45, de café da manhã na Liderança do PMDB, com a presença do ministro das Cidades, Olívio Dutra. Renan tem ainda três audiências durante o dia.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



INICIATIVA Flávio Arns destaca campanha desenvolvida pelo clube para erradicação da poliomielite

Arns celebra centenário do Rotary Club

Ao celebrar o centenário do Rotary Club, transcorrido ontem, o senador Flávio Arns (PT-PR) afirmou que o aspecto mais importante do clube é a filosofia de servir, que congrega pessoas de 30 mil comunidades de 166 países. Ele destacou as campanhas realizadas pela entidade, sempre visando construir a dignidade e a cidadania.

A campanha de erradicação da poliomielite, um esforço do Rotary em parceria com outros órgãos, foi lembrada por Arns. Lançada em 1985, a iniciativa visa acabar com a doença no planeta até o fim de 2005, objetivo já quase alcançado.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-Adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

VOTAÇÕES

Aloizio Mercadante propõe fim da CMO, o que obriga projeto de Antonio Carlos a retornar à CCJ. Durante o debate, ACM chegou a dizer que ocorrem "malandragens" na comissão. Quase todos apoiaram as mudanças

Mercadante sugere fim da Comissão de Orçamento

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), propôs ontem a extinção da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) no processo de mudança do atual orçamento autorizativo para orçamento de cumprimento obrigatório. Ele apresentou emenda com essa finalidade durante a discussão da proposta de emenda constitucional do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que obriga o governo a cumprir o Orçamento aprovado pelo Congresso.

Por causa da emenda de Mercadante, o assunto voltou à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O líder do governo apresentou três emendas ao projeto de Antonio Carlos, que, entre outras coisas, determinam que o Orçamento da União passará a ser discutido e examinado nas comissões temáticas do Senado e da Câmara, e sua votação se dará de forma separada nos plenários das duas Casas. Hoje, o projeto orçamentário é votado em sessão do Congresso.

Mercadante informou ainda que proporia ao presidente do Senado, Renan Calheiros, a criação de um grupo de dez senadores para debater todas as mudanças na feitura e tramitação do projeto orçamentário no Congresso.

– O atual modelo está falido.

ACM: "Tivemos informações de muitas malandragens"

Ao defender sua proposta de emenda constitucional que torna obrigatório o cumprimento do projeto orçamentário aprovado pelo Congresso, o senador Antonio Carlos Magalhães criticou os métodos de trabalho da Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização.

– Ocorrem coisas inacreditáveis nas madrugadas frias da Comissão de Orçamento – afirmou, numa referência à apresentação e aceitação de emendas parlamentares ao projeto de Orçamento, acrescentando: "Tivemos informações de mui-



Fotos: Gerardo Magela
TRANSPARÊNCIA Mercadante também propôs a criação de um grupo de dez senadores para discutir todas as mudanças na tramitação do projeto

Temos um Orçamento que pode ser contingenciado pelo presidente da República. Temos um Congresso que procura apenas encontrar receitas adicionais para bancar emendas parlamentares – sustentou.

tas malandragens".

Antonio Carlos disse que concorda com a emenda apresentada pelo líder Aloizio Mercadante de extinguir a Comissão de Orçamento. Questionou, no entanto, a sugestão de Mercadante para a implantação do orçamento obrigatório de forma gradual e ponderou que os 180 dias sugeridos pelo líder governista devem constar da sua proposta de mudança da Constituição.

– Muita gente vai se aborrecer com minha emenda. Mas o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, é favorável.

Mercadante entende que todos poderão participar dos debates nas comissões temáticas. Hoje, tomam parte das discussões apenas os parlamentares indicados pelas lideranças para a CMO.



REVELAÇÃO ACM: ocorrem "coisas inacreditáveis nas madrugadas frias da Comissão de Orçamento"

Faço um alerta ao presidente Lula: "É melhor mudar a forma de atuação do governo, com negociação de emendas parlamentares em troca de apoio parlamentar, antes que a popularidade do presidente comece a cair por conta desses métodos – recomendou o senador.

Senadores pedem mudanças no modelo de elaboração

Quase todos os senadores que ocuparam a tribuna para discutir a proposta de emenda constitucional que torna o orçamento impositivo criticaram a atual forma de elaboração, votação e execução da lei orçamentária, ao mesmo tempo em que concordaram que as alterações são necessárias. Alguns foram taxativos, como o líder da minoria, senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), para quem o "Orçamento virou uma grande farsa e os burocratas do governo fazem o que querem com as emendas do Congresso".

Guerra disse que apóia o núcleo das emendas do líder Aloizio Mercadante e ponderou ser necessário desmontar o atual modelo, implantado depois da CPI que investigou irregularidades na tramitação do Orçamento ("CPI dos Anões"). Para ele, é um absurdo que o governo faça contingenciamento das verbas previstas e, faltando dois meses para o fim do ano, libere 80% desses recursos.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) lembrou que a "CPI dos Anões do Orçamento" descobriu como funcionava o esquema de corrupção e onde se iniciava.

– Começava lá no ministério, no segundo e no terceiro escalões. De lá para cá, nada foi feito para mudar o sistema. Como está não pode continuar. O Orçamento já vem com o lobby feito, as decisões tomadas. Dois ou três membros do governo não podem ficar acima do desejo da nação – salientou.

O senador Tião Viana (PT-AC) observou que o modelo atual "leva a dúvidas sobre a idoneidade" do Congresso quando trata do Orçamento. Almeida Lima (PSDB-SE) disse que a liberação das emendas de parlamentares "virou um balcão de negócios", enquanto Sibá Machado (PT-AC) advertiu que os prefeitos e governadores já "estão engessados" pela Lei de Responsabilidade Fiscal e, com o orçamento impositivo, poderão enfrentar problemas sérios.

Garibaldi Alves (PMDB-RN) ressaltou que "o Congresso finge que discute o Orçamento e o governo finge que ele será executado". Tasso Jereissati (PSDB-CE) lamentou que a tramitação do Orçamento e a liberação das emendas parlamentares "contribuam para o descrédito do Congresso perante os eleitores".

Jucá acha que existe espaço para tornar lei mais racional

O senador Romero Jucá (PMD-RR), que foi relator do Orçamento 2005, concordou que, "do jeito que está, não pode mais continuar", mas acredita que exista espaço para tornar o Orçamento mais racional. Marcelo Crivella (PL-RJ) também criticou o atual processo orçamentário.

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) manifestou apoio à emenda apresentada por Antonio Carlos Magalhães. "Isso representa a recuperação das funções do Parlamento", afirmou. O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) lembrou que a questão orçamentária, em todos os países e "em tempos imemoriais", sempre foi "uma queda de braço" entre o Executivo e o Legislativo.

O primeiro passo para resolver o chamado custo Brasil passa pela moralização do Orçamento da União, disse o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) ao defender o orçamento impositivo. Ele classificou de "monstros" os orçamentos enviados pelo Executivo ao Congresso Nacional.

Para o senador Hélio Costa (PMDB-MG), o Congresso deveria encontrar a fórmula do equilíbrio orçamentário, entre receitas e gastos públicos, antes de impor o cumprimento rigoroso da proposta orçamentária da União. Em meio à discussão sobre o orçamento impositivo, o senador Mão Santa (PMDB-PI) pediu a reavaliação da repartição de receitas federais entre estados e municípios.

VOTAÇÕES

Senadores aprovam PEC que institui plano para desenvolver a cultura e integrar ações do setor. Também foi acolhida, em primeiro turno, proposta que torna obrigatório o comparecimento anual do presidente da República ao Congresso

Plano Nacional de Cultura é aprovado pelo Plenário

O Plenário do Senado aprovou ontem, por unanimidade (65 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção), a proposta de emenda à Constituição (PEC 57/03) que institui o Plano Nacional de Cultura. A iniciativa visa desenvolver a cultura do país e integrar ações do poder público referentes à defesa e valorização do patrimônio e da produção, gestão e difusão cultural, inclusive com o fortalecimento da diversidade étnica regional.

Ao instituir o plano, o Congresso está dando ao setor cultural o mesmo tratamento dispensado na Constituição à educação, no que se refere a arcabouço legal de diretrizes. Segundo a justificativa do governo que acompanha a matéria, a ausência de dispositivo constitucional se reflete em “ínfimos recursos orçamentários destinados ao setor”, que fica refém



RELEVÂNCIA Segundo Hélio Costa, inclusão de diretrizes para o setor na Constituição corrige lacuna histórica

de incentivos fiscais.

Ao defender a aprovação da PEC, o senador Hélio Costa (PMDB-MG), presidente da Comissão de Educação (CE), que também abrange temas culturais, disse que o acréscimo na Constituição visa corrigir uma lacuna histórica. Para o senador Marcelo Crivella (PL-RJ), a proposta permitirá que

o setor, diante das restrições orçamentárias, obtenha verbas de modo articulado. Já o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), embora votando a favor, disse não acreditar que algo prático seja realizado com a promulgação da emenda constitucional.

Fundef

Foi adiada para 6 de abril, por requerimento dos senadores Arthur Virgílio, José Agripino (PFL-RN), Osmar Dias (PDT-PR) e Ney Suassuna (PMDB-PB), a votação da PEC 29/02, que amplia a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

A PEC teve como primeiro signatário o então senador Francisco Escórcio e recebeu parecer favorável do relator, senador José Jorge (PFL-PE), na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Preferência ao idoso no recebimento de dívida

Foi aprovada em primeiro turno proposta de emenda constitucional que dá aos idosos preferência no recebimento de dívidas públicas de pequeno valor (PEC 1/03). Hoje, a Constituição determina que os débitos dos entes públicos sejam pagos em ordem cronológica, respeitada a disponibilidade de recursos. Já exclui, entretanto, dessa determinação, todas as dívidas consideradas de pequeno valor.

O entendimento do que é pequeno valor está previsto nas disposições transitórias da Constituição como sendo

aqueles débitos iguais ou inferiores a 40 salários mínimos nos estados e 30 salários mínimos nos municípios, até que sejam publicadas leis específicas definindo esses valores.

A PEC é resultado de modificações feitas pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP) à proposta original de iniciativa de Maguito Vilela (PMDB-GO) e ainda será submetida a votação em segundo turno.

A proposta original não impunha qualquer limitação ao pagamento de dívidas aos idosos, mas o substitutivo de Mercadante restringiu o direito

de preferência apenas aos de pequeno valor. O senador petista justificou a medida como um meio de compatibilizar o respeito à terceira idade com a responsabilidade fiscal do Estado brasileiro.

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ), que também foi relator da matéria, pediu à Casa que vote com rapidez o projeto do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) fixando uma regra geral acerca do que seria considerado pequeno valor, estabelecendo o limite de dez salários mínimos para todos os entes da Federação.



PERGUNTAS Suplicy esclarece que sua proposta original permitia que o presidente fosse interpelado

Vinda de presidente ao Congresso pode ser obrigatória

Por 67 votos favoráveis, nenhum contrário e três abstenções foi aprovada em primeiro turno a proposta de emenda à Constituição (PEC 64/99) do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que torna obrigatório o comparecimento do presidente da República à abertura da sessão legislativa anual do Congresso para apresentar a mensagem e o plano de governo. Foi acolhida ainda emenda do relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o então senador Waldeck Ornélas, que suprimiu da proposta original a permissão para que os líderes pudessem interpelar o presidente, com direito a réplica.

A PEC 64/99 estará em condições de ser incluída novamente na ordem do dia dentro de cinco dias úteis. Haverá três dias para debate e, se forem oferecidas emendas, a proposta voltará à CCJ para cinco dias de discussão e votação. Na sessão de ontem, apesar de praticamente consensual, a proposta mereceu debate de uma hora. O líder do PFL, senador José Agripino Maia (RN), defendeu

a aprovação de uma suposta emenda do então senador Waldeck Ornélas que permitia aos líderes interpelar o presidente da República, após a leitura de sua mensagem. O autor da PEC, senador Eduardo Suplicy, explicou que, ao contrário, sua proposta original permitia a interpelação do presidente, enquanto a emenda do ex-senador suprimia essa possibilidade.

Para o senador Aloizio Mercadante (PT-SP), líder do governo, a emenda do ex-senador, que suprimiu a interlocução com o presidente, foi resultado de um acordo na CCJ, devido ao entendimento de que o debate seria típico do sistema parlamentarista de governo, como na Inglaterra. Nos sistemas presidencialistas, como nos Estados Unidos, explicou, o *State of Union* significa que o presidente comparece ao Congresso, apresenta suas metas e programas, analisa a situação do país, mas os parlamentares não podem fazer perguntas.

Crítica

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio Neto (AM), acusou o PT de incoerência e de mudar de posição de acordo com seus interesses políticos.

– A proposta do senador Suplicy foi apresentada em 1999, quando o presidente era Fernando Henrique Cardoso. A intenção do senador não era constrianger o presidente, mas o PT sim, tinha essa intenção. Agora, com um presidente petista, o partido muda de opinião e não quer mais que o presidente seja interpelado – acusou.

Já o senador Agripino disse que não participou de acordo para eliminar a possibilidade de os líderes fazerem perguntas ao presidente, como estabelecia a proposta de Suplicy. Por isso, recomendou ao PFL que votasse “não” à emenda da CCJ.

Instalada comissão mista que analisará MP do Imposto de Renda

Foi instalada ontem a comissão mista destinada a analisar a Medida Provisória 232/04, que corrige a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física, mas aumenta o imposto de produtores rurais e a Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) para empresas prestadoras de serviço.

O deputado federal Francisco Dornelles (PP-RJ), que já foi ministro da Fazenda, foi escolhido presidente do colegiado. O senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) é o vice-presidente e o senador Romero Jucá (PSDB-RR) o relator. O deputado federal Carlito Mers (PT-SC) será o relator-adjunto.



NOMES Jucá (D) será relator da comissão, que terá Dornelles (C) como presidente e Sérgio Guerra como vice

Gerardo Magela



SAÍDA Para Renan (à esquerda, ao lado de Teotônio Vilela Filho), é necessário estabelecer o resultado da eleição como critério de proporcionalidade

Renan defende mudança para evitar troca-troca de partido

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse ontem ser um bom começo para a reforma política a idéia de se estabelecer, nos regimentos do Senado e da Câmara, que valerá o resultado da eleição como critério de proporcionalidade no preenchimento de cargos nas mesas diretoras e comissões.

– Precisamos pôr termo à migração de parlamentares que enfraquece os partidos.

Ontem surgiu uma idéia boa, de começar pela mudança dos regimentos. É um critério e poderia ser o primeiro passo – afirmou Renan, referindo-se à proposta surgida em almoço oferecido por ele, esta semana, para discutir a reforma.

Ele reiterou que, para “evitar sobressaltos” no Congresso, é preciso evoluir para uma fórmula de coalizão que garanta mais unidade à base aliada.

J. Freitas



DISCUSSÃO Suassuna anuncia, em entrevista, agenda semanal de debates da bancada peemedebista com autoridades e representantes da sociedade civil

PMDB debaterá questões nacionais com ministros

O líder do PMDB, Ney Suassuna (PB), anunciou uma agenda em que ministros e representantes de setores empresariais, sociais e sindicais serão recebidos, semanalmente, para debater com os senadores da legenda os problemas nacionais. O primeiro convidado é o ministro das Cidades, Olívio Dutra. Ele será ouvido hoje pela bancada, num café da manhã, no gabinete da liderança.

Na próxima semana, estará presente o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, e em seguida o ministro do Turismo, Walfrido dos Mares Guia, e o do Esporte, Agnelo Queiroz. Também serão convidados representantes dos setores de

medicamentos, aço, cimento, sindicatos e movimentos sociais. Um dos primeiros deverá ser o presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf.

– Nossa intenção é aumentar o conhecimento na economia nacional e na área social, de modo que os nossos senadores tenham as melhores informações e possam dessa forma fazer um trabalho de qualidade.

Suassuna explicou que, nos encontros, o convidado terá 20 minutos para fazer sua exposição, e depois haverá o debate livre com os parlamentares. Dos 22 senadores do PMDB, 17 são ex-governadores e um ex-presidente da República.

Crivella pede socorro para a rede hospitalar carioca

■ Senador adverte que hospitais enfrentam problemas como a falta de leitos, mesas cirúrgicas e até bisturis

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) informou ontem que solicitará ao ministro da Saúde, Humberto Costa, a união de forças com a prefeitura do Rio de Janeiro e o governo do estado para “minimizar a difícil fase que atravessa a saúde no Brasil”.

A solicitação foi motivada por um relatório do Tribunal de Contas do Município que apontou “rombo” de R\$ 240 milhões na Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro.

– O valor corresponde a divi-

Roosevelt Pinheiro



SOLUÇÃO Marcelo Crivella sugere parceria entre Ministério da Saúde, governo estadual e município

das acumuladas até 2004 com fornecedores. Mas a crise não é só financeira. Os auditores descobriram que existe déficit de 3.900 profissionais apenas nas oito maiores unidades hospitalares do município. O pre-

sidente do Tribunal de Contas municipal, Thiers Montebello, encaminhou o documento e outros sete relatórios de inspeção realizados nos últimos dois anos para o Tribunal de Contas da União (TCU) – acrescentou.

Segundo Crivella, os hospitais da rede municipal estão sofrendo com a falta de leitos, mesas cirúrgicas, bisturis, pinças e até com ataque de cupins. Ele disse que, na última terça-feira, telefonou para o Hospital Cardos Fontes, em Jacarepaguá, e lhe comunicaram que a instituição está fechada.

O senador também se solidarizou com a família do ambientalista Dionísio Júlio Ribeiro, assassinado esta semana na Reserva Ecológica do Tinguá (RJ).

▼ A situação da saúde no estado

– Há pelo menos dois anos, o Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro (Cremerj) e entidades ligadas ao setor denunciam a situação de calamidade pública na área de saúde, principalmente na região do Grande Rio.

– Em outubro de 2003, o Ministério da Saúde e as secretarias de Saúde do estado e dos municípios da Baixada Fluminense

criaram uma comissão para identificar os principais problemas do setor.

– Diversas reuniões foram feitas pelo grupo, mas os hospitais do Grande Rio continuam enfrentando superlotações, falta de materiais, remédios, aparelhos médicos e de exames e profissionais, o que inviabiliza a realização de cirurgias em diversas unidades.

– A presidente do Cremerj, Márcia Rosa de Araújo, anunciou no dia 31 de janeiro o pedido de intervenção do Ministério da Saúde no Rio e a auditoria no uso dos recursos repassados pelo governo federal à prefeitura. Ela entregou, na presença de parlamentares, um dossiê ao Ministério Público para que providências judiciais urgentes sejam tomadas.

José Sarney será o novo presidente do Conselho Editorial do Senado

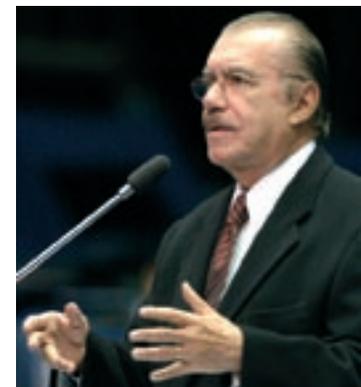
O senador José Sarney (PMDB-AP) será o novo presidente do Conselho Editorial do Senado, organismo encarregado de editar obras de valor histórico e cultural que sejam importantes para a compreensão da política, da economia e da sociedade brasileira, assim como para uma melhor reflexão sobre os destinos do país. A informação foi dada ontem pelo líder da bancada do PMDB, senador Ney Suassuna (PB).

Ao Conselho Editorial compete formular a política editorial do Senado Federal, estabelecer normas de editoração, aprovar programa de publi-

cações e supervisionar toda a sua execução. Cabe também a esse conselho avaliar as matérias submetidas a publicação e emitir sobre elas parecer conclusivo, de conformidade com a política, as normas e o programa editorial do Senado.

O conselho é integrado por cinco membros, sendo três do Senado e dois cidadãos com notório conhecimento em áreas afetas a editoração, todos designados pela Comissão Diretora.

De acordo com Ney Suassuna, o Conselho Editorial é responsável por algumas das melhores publicações históricas existentes no país, entre



Célio Azevedo

MISSÃO Órgão a ser comandado por Sarney é responsável pela edição de importantes obras históricas

elas, as coleções *Biblioteca Básica Brasileira*, *Brasil 500 Anos*, *Memória Brasileira* e *História Constitucional Brasileira*.

CPI da Terra também vai investigar morte de freira

■ Comissão mista deve concentrar sua última etapa de trabalho em questões relacionadas à violência no campo

A CPI da Terra vai concentrar a última etapa de trabalhos, que se estende até 15 de junho, em questões relativas à violência no campo, agravadas com o assassinato da missionária norte-americana Dorothy Stang, em Anapu (PA).

Reunida ontem, sob a presidência do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), a comissão aprovou, por unanimidade, requerimento da senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) pedindo à Polícia Federal que aprofunde

as investigações. Ela aponta fortes indícios da participação de outros fazendeiros, além do já indiciado Vitalmiro Moura, o "Bida", como mandantes da morte da religiosa, bem como da existência de um "consórcio" para financiar pistoleiros.

Entre as pessoas que deverão comparecer à CPI para prestar depoimento estão o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Rolf Hackbart; o ex-superintendente do órgão no Pará José Roberto de Oliveira Faro; o coordenador do Movimento dos Sem-Terra (MST) no Pontal do Paranapanema (SP), José Rainha; e Adriano Chafik Luedy, suspeito de haver encomendado a morte de trabalhadores sem-terra em Felizburgo (MG).

Por sugestão de Eduardo Suplicy (PT-SP), integrantes da CPI irão a Anapu, provavelmente na próxima terça-feira, para acompanhar as investigações.

Foi aprovado requerimento do senador Sibá Machado (PT-AC) e do deputado Adão Preto (PT-RS) solicitando a quebra dos sigilos bancário, telefônico e fiscal de acusados de malversação de recursos na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e pela escalada da violência no Pará. São eles: Laudelino D. Fernandes Neto; Lázaro de Deus Vieira; Lourival Santos da Rocha, o "Pirruca"; José Décio B. Nunes; Regivaldo P. Galvão; Danny Gutzeit; José Francisco Vitoriano; e Vitalmiro Moura.

Roosevelt Pinheiro



REPÚDIO João Ribeiro afirma não poder aceitar a "pecha de escravizador de gente"

Ribeiro rebate acusações de trabalho escravo

O senador João Ribeiro (PFL-TO) contestou ontem, em Plenário, reportagem do jornal *O Globo* que noticia sua condenação pela Justiça do Trabalho ao pagamento de multa de R\$

760 mil por exploração de trabalho escravo. Ribeiro admitiu a existência de irregularidades trabalhistas em sua fazenda em Piçarra, no sul do Pará, mas disse não poder aceitar "a pecha de escravizador de gente".

Ele informou já ter pago indenização de R\$ 64 mil por problemas trabalhistas identificados pela fiscalização do Ministério do Trabalho e rebateu a acusação de impedir a liberdade de ir e vir de empregados.

— Os fiscais não encontraram sequer uma arma em minha propriedade, que não tem nem porteira.

João Ribeiro também protestou contra o valor da multa fixada pela juíza da Vara do Trabalho em Redenção (PA), já que, assegurou, o preço de sua propriedade é inferior aos R\$ 760 mil estipulados.

"Decisão é absurda", afirma Eduardo

Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) defendeu João Ribeiro (PFL-TO), condenado pela Justiça do Trabalho a pagar multa de R\$ 760 mil por exploração de trabalho escravo em sua fazenda, localizada em Piçarra, no sul do Pará. Segundo Eduardo, João Ribeiro apenas havia contratado alguns trabalhadores para realizar uma tarefa que duraria 15 dias.

— Isso é um absurdo. Não foi encontrada nenhuma arma na fazenda, ninguém preso ou impedido de ir e vir. Em depoimento com cinco horas de duração à juíza, João Ribeiro



Roosevelt Pinheiro

ISENÇÃO "Não foi encontrado ninguém preso, nem impedido de ir e vir", diz Eduardo Siqueira Campos

foi o primeiro a dizer que, se a contratação dos empregados não estivesse de acordo com a legislação, fazia questão de pagar todos os direitos trabalhistas. E o fez.

Para Eduardo, é preciso distinguir trabalho escravo de uma inconformidade com a legislação trabalhista.

Célio Azevedo



ACÇÃO Alvaro Dias (segundo à esquerda) conversa com Jackson Barreto, Ana Júlia e João Afredo sobre atividades da CPI

Relator pede dossiê sobre crime organizado

Atendendo a requerimento do relator, deputado João Alfredo (PT-CE), a CPI da Terra solicitará ao Ministério Público Federal relatório com o resultado de investigações sobre "a escalada do crime organizado" no estado do Pará.

Elaborado em agosto de 2003, o dossiê implica grandes fazendeiros e agentes públicos em crimes fundiários, na exploração ilegal de madeira e no assassinato de trabalhadores e líderes rurais na chamada Terra do Meio, entre São Félix do Xingu e Altamira.

João Alfredo baseou o requerimento em reportagem sobre

o relatório publicada ontem no jornal *O Estado de S. Paulo*. De acordo com a matéria, o governo e o Ministério Público estão enfrentando "dificuldades para federalizar o inquérito sobre o assassinato da irmã Dorothy Stang porque surgiram embaraços no caminho".

Os embaraços dizem respeito à atuação das quadrilhas na região onde Dorothy foi assassinada. Conforme a publicação, os criminosos são economicamente muito fortes e se apóiam em esquema com mais de cem pistoleiros e funcionários de órgãos estaduais e federais.

Encomendado pelo pro-

curador-geral da República, Cláudio Fonteles, o relatório foi entregue em setembro de 2003 ao governo, às Forças Armadas, ao Judiciário e à Polícia Federal. Segundo os procuradores, os grupos criminosos se estruturaram em duas fases. Na primeira, exploraram intensivamente o mogno e outras madeiras nobres em terras da União e do Pará. Dessa atividade participariam pessoas físicas e jurídicas ligadas ao deputado Jader Barbalho (PMDB-PA), da base aliada do governo. Na segunda fase, com a escassez da madeira, foi montada ampla rede para a grilagem de terra.

Roosevelt Pinheiro



ALERTA José Agripino adverte que a alta dos juros vem prejudicando sobretudo o setor agrícola

Agripino vê apatia social diante dos juros

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), lamentou que os constantes aumentos da taxa Selic, determinados pela área econômica e que balizam os

juros no país, não provoquem mais nenhuma reação da sociedade, ao contrário do que ocorria no início do governo Luiz Inácio Lula da Silva.

— Antes, quando a taxa era aumentada em 0,25, 0,5 ponto percentual ou mais, a sociedade se pronunciava, o que era registrado por toda a mídia nacional. Hoje, isso não ocorre.

Segundo Agripino, a evolução da Selic impõe grandes prejuízos à economia, principalmente à agricultura, que depende muito da exportação.

Ele afirmou que a queda do dólar é resultado da quantidade de moedas fortes internalizadas pelas exportações e também pelo deslocamento de investimentos estrangeiros para se beneficiar das taxas de juros no Brasil, que estão chegando perto de 19% ao ano.

Jane Araújo



APOIO Renan conversa com José do Carmo, da Associação Brasileira de Municípios, observado por Rosiana Beltrão, prefeita de Feliz Deserto (AL)

Senado terá subcomissão para dar apoio ao municipalismo

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou ontem que está em estudo a criação de uma subcomissão dos municípios, como parte de uma série de iniciativas visando ampliar o apoio ao municipalismo no Senado, além do trabalho político de acompanhamento da votação da reforma tributária que está em tramitação na Câmara.

– A elevação do percentual do fundo dos municípios foi aprovada pelo Senado no bojo da reforma tributária, e nós estamos conversando para concretizar essa reivindicação justíssima dos municípios brasileiros na votação pela Câmara. Mas, enquanto a reforma tributária não ocorrer, precisamos cuidar dos interesses dos municípios, criando uma subcomissão para se especializar na questão municipal – disse.

Renan anunciou também que vai dar ênfase na inserção de material sobre o municipalismo na programação dos meios de comunicação da Casa.

– A TV Senado vai abrir o espaço correspondente para que essa discussão tenha sentido e vez. Vamos instituir na Presidência do Senado uma consultoria especializada na relação com as entidades re-

presentativas dos municípios, para garantir agilidade nas informações, sem gerar custos – afirmou.

Audiências

Renan fez essas declarações após receber em seu gabinete o presidente da Associação Brasileira de Municípios, José do Carmo; a prefeita de Feliz Deserto (AL) e presidente da Associação dos Prefeitos de Alagoas, Rosiana Beltrão; o vice-presidente da Confederação Nacional de Municípios, André Puccinelli; e o presidente da Federação dos Municípios do Maranhão, Ildo Rocha. Para José do Carmo, a subcomissão vai aperfeiçoar o diálogo dos municípios com o Senado.

Já Rosiana Beltrão ressaltou a satisfação da entidade que preside com a perspectiva de ter no Senado “o grande parceiro dos municípios em 2005”.

Renan Calheiros assegurou ao governador do Maranhão, José Reinaldo Tavares, que vai colocar em votação o mais rápido possível a autorização para que o governo daquele estado contraia empréstimo no valor de US\$ 30 milhões com o Banco Mundial (Bird). Os recursos serão destinados ao programa 2º Projeto de Combate à Pobreza Rural do Maranhão.

ACM quer agilizar exame de propostas na CCJ

■ Grupo de trabalho formado por consultores da Casa vai definir critérios de seleção de matérias

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), solicitou às lideranças partidárias que indiquem consultores do Senado para constituir grupo de trabalho que deverá estabelecer critérios para exame das propostas que tramitam no colegiado. Atualmente, segundo informação de Antonio Carlos, 1.490 matérias esperam deliberação na CCJ. Desse total, 820 estão em condições de constar da pauta e as demais aguardam a elaboração de relatório ou a designação de relator.

Antonio Carlos afirmou que deverá começar a trabalhar, já na próxima segunda-feira (28), com os consultores designados pelos partidos e que, se hou-



MUDANÇAS Antonio Carlos pede às lideranças respeito no cumprimento dos prazos regimentais para elaboração de relatórios

ver necessidade, irá designar o vice-presidente da comissão, senador Maguito Vilela (PMDB-GO), para coordenar os trabalhos.

– Após isso, vamos definir as matérias que poderiam ser arquivadas, as que são importantes e precisam constar das pautas, as que podem ser votadas em bloco e as que podem ir direto para o arquivo, autorizadas pelos integrantes

da CCJ e com despacho da Mesa – salientou.

Antonio Carlos solicitou também aos integrantes da CCJ respeito no cumprimento dos prazos regimentais para elaboração dos relatórios e para os pedidos de vista de matérias. O senador quer evitar a prática de inversão dos itens da pauta de votações, e disse que, a princípio, negará qualquer pedido com esse propósito.

Aelton parabeniza instituição da Comissão de Agricultura

O senador Aelton Freitas (PL-MG) aplaudiu o Senado pela aprovação do projeto que instituiu a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Aelton lembrou que o setor é responsável por cerca de 33% do produto interno bruto (PIB) e responde por quase metade dos valores gerados na exportação.

Ele observou, no entanto, que agricultores, pecuaristas e agroindustriais que não se adequarem às novas exigências do mercado “não resistirão”. Na sua opinião, a CRA será a instância adequada para os parla-

mentares debaterem questões como o desenvolvimento da biotecnologia, respeitando tanto as vantagens conferidas aos produtores quanto as exigências dos consumidores.

O senador considerou um erro a crença de que o agronegócio é coisa apenas de grandes produtores rurais. Dele, frisou, participam desde os agricultores altamente competitivos até os agricultores familiares.

Aelton prestou ainda homenagem ao Rotary Club Internacional, que comemora seu centenário no dia 23 de fevereiro. E



MODERNIDADE Aelton adverte para necessidade do setor se adequar às novas exigências do mercado

ressaltou os ideais do advogado Paul Harris, que se reuniu com três amigos empresários em 23 de fevereiro de 1905, em sua escritório em Chicago, e lançou a semente do primeiro clube de serviços do mundo.

Roosevelt Pinheiro



MERECIMENTO Serys diz que prêmio é uma homenagem a todas as mulheres que lutam por seus filhos

Conselho escolhe premiadas com Diploma Bertha Lutz

O Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz escolheu ontem as cinco mulheres que serão agraciadas. O prêmio foi instituído há quatro anos pela Mesa do Senado, com o objetivo de homenagear anualmente aquelas que tenham prestado relevantes serviços na defesa dos direitos da mulher.

As mais votadas deste ano

foram: Clara Charf, integrante do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (Sudeste); a farmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes (Nordeste); a jornalista Palmerinda Donato (Centro-Oeste); a gari Rozeli da Silva (Sul); e a pediatra Zilda Arns (Sul). Elas são escolhidas por um júri formado por nove senadores. Na premiação deste ano, o conselho analisou mais

de 60 currículos, de acordo com a presidente do colegiado, senadora Serys Slhessarenko (PT-MT).

As cinco mulheres receberam o diploma na manhã do próximo dia 10 de março, em sessão do Senado Federal. Na ocasião, será prestada homenagem à missionária Dorothy Stang, recentemente assassinada no Pará. O evento

também marcará a abertura do Ano Internacional da Mulher Latino-Americana e Caribenha.

– O diploma é uma homenagem a todas as mulheres que lutam para sustentar seus filhos, que lutam pela terra, pela moradia, pelo trabalho e pela melhoria das condições de vida dos seus filhos e familiares – afirmou a senadora.

Renan debate com príncipes as relações entre Brasil e Espanha

Felipe de Borbón afirma que objetivo de sua visita é "reforçar o bom entendimento bilateral"

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem, no Salão Nobre da Casa, os príncipes da Espanha, Felipe de Borbón y Grecia e Letizia Ortiz. Durante o encontro, que

faz parte do roteiro da visita oficial dos príncipes ao Brasil, foram abordados temas do relacionamento entre os dois países, aprofundados a seguir, em reunião de trabalho de Felipe e Letizia com o Grupo de Amizade Parlamentar Brasil-Espanha, presidido pelo senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ).

O encontro no Salão Nobre contou com a presença de muitos senadores, entre eles o 1º secretário da Casa, Efraim Moraes

(PFL-PB), Romeu Tuma (PFL-SP), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Marco Maciel (PFL-PE), José Agripino (PFL-RN), César Borges (PFL-BA), Eduardo Azevedo (PSDB-MG), João Alberto Souza (PMDB-MA) e Cristovam Buarque (PT-DF).

Almoço

Renan Calheiros e sua esposa, Maria Verônica, participaram ontem de almoço oferecido pelo presidente da República em homenagem aos príncipes

da Espanha, no Palácio do Itamaraty. Ao responder ao brinde do presidente Lula, Felipe de Borbón disse que o objetivo de sua visita era "reforçar o bom entendimento bilateral" entre os dois países.

À tarde, os príncipes seguiram para São Paulo a fim de inaugurar encontro sobre oportunidades de investimentos e cooperação entre Espanha e Brasil, com a participação de 80 empresas espanholas.



Roosevelt Pinheiro

AÇÃO Suplicy defende abertura, pelo Brasil, de novos eixos de relações multilaterais

Suplicy destaca iniciativas da política externa do governo Lula

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu ontem a política externa do governo Lula, criticada no dia anterior pelo líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM). Suplicy destacou diversas ações do atual governo, como a abertura de novos eixos de relações multilaterais e as intervenções nas crises na Venezuela.

Suplicy ressaltou a visita, ainda em curso, do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, a diversos países árabes, preparativa de uma reunião de cúpula entre esses países e os sul-americanos. Também enfatizou a aproximação com países com grau de desenvolvimento econômico semelhante ao do Brasil, como África do Sul, Índia e China, hoje unidos no G-20. Outra ação destacada foi o apelo ao engajamento internacional no combate à miséria.

Em aparte, Tião Viana (PT-AC) aplaudiu a procura de novos eixos multilaterais. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) destacou a visita de Lula ao Suriname. Romeu Tuma (PFL-SP) manifestou preocupação com os conflitos de terras no Pará e Roberto Saturnino (PT-RJ) comunicou o assassinato, no Rio de Janeiro, do ambientalista Dionísio Júlio Ribeiro.



Jone Araújo

INTEGRAÇÃO Diversos parlamentares (D) participaram no Salão Nobre do Senado do encontro entre Renan Calheiros e os príncipes espanhóis

Parlamentares esperam investimentos espanhóis

A participação de investimentos espanhóis no programa brasileiro de parcerias público-privadas (PPPs) esteve entre os principais temas do diálogo mantido ontem pelos príncipes da Espanha, Felipe de Borbón y Grecia e Letizia Ortiz, com os senadores e deputados que integram o Grupo

Parlamentar Brasil-Espanha. O encontro ocorreu no Salão Nobre do Senado.

Os príncipes ouviram exposição do senador Tasso Jereissati, que foi relator da matéria, a respeito da nova lei das PPPs. O senador Marco Maciel explicou aos visitantes os principais pontos da reforma política que

vem sendo debatida pelos líderes partidários.

O deputado Átila Lira (PSDB-PI) fez uma exposição sobre os fundamentos de projeto de lei de sua autoria, pronto para votação no Plenário da Câmara, que determina a implantação gradual do ensino da língua espanhola nos currículos ple-

nos do ensino médio, ao longo do período de cinco anos após a possível transformação da proposta em lei.

– A reunião foi muito produtiva e teve um caráter político e de informação cultural. Foi uma boa troca de idéias com os príncipes – definiu o senador Sérgio Cabral.



Célio Azevedo

Viana analisa com embaixador problemas na fronteira com Peru

O vice-presidente do Senado, Tião Viana (PT-AC), recebeu ontem o embaixador brasileiro no Peru, André Mattoso Maia Amado, com quem tratou dos problemas na fronteira entre o Brasil e aquele país. Viana afirmou que a liberação do investimento de R\$ 42 milhões viabiliza a presença de pelotões do Exército na área,

impedindo o tráfico ilegal de madeiras e a presença de narcotraficantes.

– A presença do Exército na fronteira é uma medida boa para a defesa nacional, a segurança nacional e a presença do Estado brasileiro junto às populações isoladas da Amazônia – disse o senador.

Outro tema abordado foi a construção

da estrada que une o Acre ao oceano Pacífico. O embaixador ressaltou a vocação do Acre na expansão de suas potencialidades em direção ao Peru. O Brasil forneceria carne para o Peru e receberia hortigranjeiros, cimento e pedras. A rodovia poderá começar a ser construída em maio deste ano.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, Antero Paes de Barros, Efraim Moraes, Eduardo Siqueira Campos e Osmar Dias e pela senadora Serys Slhessarenko